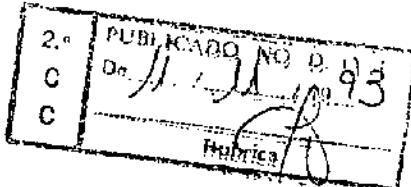




MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE



Processo n.º 13.411-000.135/90-88

Sessão de: 23 de março de 1993 ACORDADO N.º 202-05.630
Recurso n.º: 87.112
Recorrente: SIQUEIRA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.
Recorrida: DRF EM CARUARU - PE

FINSOCIAL - Omissão de receitas caracterizadas por passivo fictício na conta "Fornecedores" e por "nota fiscal calcada". Despesas de fretes e carretos não comprovadas não caracterizam omissão de receitas. Recurso provido em parte.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por SIQUEIRA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

ACORDAM os Membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **dar provimento parcial ao recurso**, para excluir da exigência as parcelas indicadas no voto do relator.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1993.

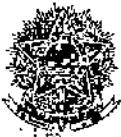
MELVITO ESCRIVÃO BARCELLOS Presidente

ELIO ROTNE - Relator

JOSE CARLOS DE ALMEIDA LEMOS - Procurador-Representante da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE **18 JUN 1993**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros JOSE CABRAL GAROFANO, TERESA CRISTINA GONÇALVES PANTOJA, ANTONIO CARLOS BUENO RIBEIRO, JOSE ANTONIO AROCHA DA CUNHA e TARASIO CAMFELD BORGES.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13.411-000.135/90-88

Recurso nº: 87.112

Acórdão nº: 202-05.630

Recorrente: SIQUEIRA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA.

120

R E L A T O R I O

SIQUEIRA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA. recorre para este Conselho de Contribuintes da Decisão de fls. 13/17, do Delegado da Receita Federal em Caruaru, que julgou procedente em parte o Auto de Infração de fls. 05.

Em conformidade com o referido Auto de Infração, Termo de Encerramento de Ação Fiscal e demonstrativos que o acompanham, a ora Recorrente foi intimada ao recolhimento da importância correspondente a 372,53 BTN Fiscal, a título de contribuição para o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, instituída pelo Decreto-Lei nº 1.940/82 e alterações posteriores, por omissão de receitas caracterizada pela verificação de passivo fictício na conta "Fornecedores", pela emissão de "nota fiscal calçada" e a "utilização de DESPESA com Fretes e Carretos sem a hábil comprovação legal", nos anos de 1985, 1986 e 1987, como discriminado no Termo. Exigidos, também, juros de mora e multa.

Em sua impugnação diz a Autuada que o Auto de Infração é totalmente improcedente e assim espera vê-lo julgado, conforme ficará devidamente provado no auto que chama de principal, por não ter havido qualquer omissão de receitas.

A Decisão Recorrida está assim fundamentada:

"Examinando os elementos que instruem o processo verifica-se que:

I) Quanto ao item Omissão de Receitas decorrentes de saldo da conta Fornecedores não comprovado:

a) os docs. de fls. 26 a 29, 118 a 123, 126 e 201 a 203 confirmam o pagamento dos créditos a que fazem referência nos mesmos exercícios em que foram emitidos, não constituindo, desta forma, prova da inexistência de Passivo Fictício nos exercícios a que aludem;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13.411-000.135/90-88

Acórdão nº: 202-05.630

121

b) os docs. de fls. 124, 125 e 204 comprovam o saldo de Cr\$ 216.116,00 no exercício de 1987 e de Cr\$ 72.000,00 no exercício de 1988, devendo estes valores serem excluídos da tributação;

c) o doc. de fls. 332 não constitui prova de comprovação do saldo da conta Fornecedores em nenhum dos exercícios autuados, visto que deve ser provado é que o saldo da referida conta constante do Balanço era real, ou seja, obrigações contraídas até aquela data ainda não tinham sido liquidadas;

d) o doc. de fls. 340, anexado posteriormente pelo contribuinte, informa ter sido a duplicata de nº 27743/0 quitada, porém não faz referência à data de quitação, tampouco junta o autuado cópia da já citada duplicata, não estando este documento apto a comprovar o saldo da conta Fornecedores em 31/12/87;

II) Quanto ao item glosa de despesas com Fretes e Carretos, os docs. de fls. 30 a 117 (exercício 1986), fls. 127 a 200 e 331 (exercício 1987) e fls. 205 a 330 (exercício 1988) não constituem prova idônea por não atenderem ao requisito da contemporaneidade, tendo em vista que o autuante afirma, em sua informação às fls. 342 a 346, inexistirem, quando da ação fiscal, comprovantes hábeis referentes ao pagamento de Fretes e Carretos. Ademais, também inexistia registros contábeis no Livro Diário referentes a tais documentos, presumindo-se terem sido produzidos em data posterior à autuação;

III) Quanto ao item Omissão de Receita decorrente da emissão de nota fiscal calçada, os docs. de fls. 03 a 06 anexados ao processo pelo autuante constituem prova material suficiente da referida omissão, não servindo como prova contrária os docs. de fls. 333 a 337 anexados ao processo pelo autuado.

Isto posto e;



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13.411-000.135/90-BB
Acórdão nº: 202-05.630

122

Considerando que a tributação reflexa relativa aos processos a seguir relacionados é matéria consagrada na jurisprudência administrativa e amparada na legislação de regência;

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	PROCESSO Nº
FINSOCIAL	13411.000135/90-88
IRFON	13411.000136/90-41
PIS/DEDUÇÃO	13411.000138/90-76
PIS/FATURAMENTO	13411.000139/90-39

Considerando que, mantido o lançamento originário é de se manter aqueles de natureza reflexa, em virtude da íntima relação de causa e efeito;

Considerando que, o processo de IRPJ e seus reflexos estão revestidos de todas as formalidades legais, nos termos do Decreto nº 70.235,72;

Considerando que, no processo administrativo tributário, a prova deve atender aos requisitos de legitimidade, autenticidade, contemporaneidade e veracidade, sendo considerada hábil quando atende ao primeiro requisito e idônea quando preenche os demais, de acordo com Acórdão da Câmara Superior de Recursos Fiscais nº 01-0.352/83;

Considerando que toda despesa é passível de comprovação, sob pena de glosa (art. 191 do RIR/80);

Considerando tudo o mais que do processo consta;

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a presente ação fiscal de IRPJ e seus reflexos para:

I) excluir da tributação as quantias de Cr\$ 216.116,00 (duzentos e dezesseis mil, cento e dezesseis cruzados), referente ao exercício de 1987 e Cr\$ 72.000,00 (setenta e dois mil cruzados), referente ao exercício de 1988;

II) declarar devidas as quantias abaixo especificadas, expressas em BTNF (Bônus do Tesouro Nacional Fiscal), na forma estabelecida pelo



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13.411-000.135/90-88
Acórdão nº: 202-05.630

123

artigo 65 da Lei nº 7.799, de 10/07/89, as quais deverão ser transformadas em cruzeiros e acrescidas de juros moratórios na ocasião da efetiva liquidação dos débitos:

IMPOSTO/CONTRIBUIÇÃO	VALOR EM BTNF
IRPJ	29.403,83
FINSOCIAL	317,53
IRFON	24.868,31
PIS/DEDUÇÃO	1.546,69
PIS/FATURAMENTO	222,75

III) IMPOR sobre as quantias acima a multa de ofício de 50% (cinquenta por cento), com base no art. 728, inciso II do RIR/80 c/c os Decretos-Leis 1967/82, art. 16 e 1968/82, art. 7º."

Tempestivamente foi interposto o Recurso de fls. 20/26, que passo a ler.

As fls. 31/36 anexado por cópia o Acórdão nº 104-9.171, da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes que, por unanimidade de votos, rejeitou preliminar de nulidade e negou provimento ao recurso na questão de mérito, em exigência de IRPJ que teve por base os mesmos fatos do presente lançamento.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 13.411-000.135/90-88
Acórdão nº: 202-05.630

124

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR ELIO ROTHE

Primeiramente, deve ser rejeitada a preliminar de nulidade da ação fiscal por cerceamento do direito de defesa.

O fato de ter sido dado o prazo de 24 horas para apresentação dos documentos referidos no Termo de Início de Fiscalização não é contrário a qualquer dispositivo legal e nem se constitui em elemento cerceador do direito de defesa da Autuada, já que teve o prazo de trinta dias para impugnar a exigência, como o fez.

Ademais, se o problema era prazo exíguo, o Decreto nº 70.235/72 faculta seja requerida a prorrogação do prazo para apresentação da defesa, conforme artigo 6º, inciso I, pela qual não se interessou a Autuada.

Portanto, não se caracterizou o alegado cerceamento do direito de defesa, pelo que rejeito a preliminar de nulidade.

No mérito.

Em sua impugnação diz a Empresa que o auto é totalmente improcedente, conforme ficará provado no que chama de Auto Principal, que deve referir-se à exigência de IRPJ com base nos mesmos fatos.

Já em seu recurso a este Conselho, a par de considerações outras, produz alegações relativas às exigências por "nota fiscal calcada" e pela glosa de despesas com fretes e carretos, que, no entanto, não se fizeram acompanhar de nenhum elemento de prova do alegado.

No que se refere à apontada existência de passivo fictício na conta "Fornecedores", não se pronunciou a Recorrente.

Todavia, é de ser excluídas do lançamento as parcelas relativas às despesas com fretes e carretos não comprovadas, eis que tais dispêndios não são caracterizadores de entradas de numerário não contabilizados e, assim, não cabível a presunção de omissão de receitas.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

Processo nº: 13.411-000.135/90-88

Acórdão nº: 202-05.630

Pelo exposto, dou provimento em parte ao recurso voluntário para excluir da tributação, pela contribuição, as parcelas referentes à apontada despesa com fretes e carretos não comprovada.

Sala das Sessões, em 23 de março de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Elio Rothé'. The signature is fluid and cursive, with 'Elio' on top and 'Rothé' below it.

ELIO ROTHÉ